


Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques nas jurisprudências dos tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA


1. STF reafirma a possibilidade de intervenção judicial para assegurar direitos fundamentais ambientais

 STF confirmou que o Poder Judiciário pode determinar que o Município atue para desfazer loteamento irregular e recuperar área degradada, por omissão específica, no entanto, determinou que a execução seja feita por meio da apresentação de um plano de ação e/ou os meios adequados para alcançar o resultado, não apenas com imposição direta de prazos e multas.

♦ **RELEVÂNCIA:** A decisão reafirma que o Poder Judiciário pode intervir para obrigar Municípios a regularizar parcelamentos e reparar danos ambientais, quando houver omissão específica, inclusive em áreas rurais ou de expansão urbana que afetem o meio ambiente, com risco de responsabilização solidária em casos de ocupação irregular ou danos ambientais. Destaca a necessidade de manter rigor na regularidade fundiária, licenciamento ambiental e planos de uso do solo.

 [AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.538.088](#)


2. Aplicação retroativa do Novo Código Florestal é determinada pelo STF

 O STF determinou que as normas do Novo Código Florestal (Lei 12.651/2012) devem ser aplicadas inclusive quanto aos compromissos assinados antes de sua vigência, reconhecendo sua eficácia retroativa para situações consolidadas. A decisão garante segurança jurídica e uniformidade na aplicação da lei em todo o país.

♦ **RELEVÂNCIA:** Fortalece a posição de produtores rurais na regularização de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e reservas legais com base nas regras mais equilibradas do Novo Código Florestal, reduzindo riscos de execuções, multas antigas e garantindo previsibilidade jurídica essencial para o setor.

 [RECLAMAÇÃO 74.530 SÃO PAULO](#)


3. STF responsabiliza pessoa jurídica por danos ambientais ocorridos antes da obtenção da licença

 O STF manteve decisão que condenou empresa por danos morais coletivos a moradores, em razão de poluição causada por siderúrgica, mesmo com licença ambiental. Ressalta-se que a indenização pleiteada se refere ao período pretérito, em que a pessoa jurídica funcionou em desacordo com as normas ambientais, sem o devido licenciamento, sem instalação de filtros no seu forno e produzindo ruído excessivo. A responsabilização ocorreu com base na violação ao direito de vizinhança e ao bem-estar, independentemente da toxicidade comprovada.


♦ **RELEVÂNCIA:** O caso reforça que produtores rurais e agroindústrias podem ser responsabilizados civilmente por incômodos ou poluição ambiental a comunidades vizinhas pelos danos ocorridos, mesmo com licença ambiental, mas que não permite a causar danos a terceiros. Destaca-se a importância de prevenção, controle de emissões e gestão de riscos socioambientais.

 [RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.557.235](#)


4. Áudio com RH não serve para reverter justa causa já julgada

 O TST entendeu que áudio de conversa informal com RH não constitui prova nova suficiente para rediscutir uma justa causa já transitada em julgado.

♦ **RELEVÂNCIA:** Fortalece a segurança jurídica das decisões e o valor da tempestividade para apresentação das provas. Não houve qualquer indicio que a prova apresentada não poderia ter sido utilizada no processo original.

 <https://www.tst.jus.br/en/-/%C3%81udio-de-conversa-com-rh-n%C3%A3o-serve-como-prova-nova-para-reverter-justa-causa-j%C3%A1-julgada>


5. Empresa é condenada por não oferecer banheiro e refeitório a pedreiro

 O TST confirmou condenação de empresa de urbanização por descumprir normas básicas de higiene e segurança.

♦ **RELEVÂNCIA:** Atenção redobrada de empregadores, para que não negligenciem obrigações estruturais constantes em normas regulamentadoras.

<https://www.tst.jus.br/en/-/empresa-de-urbaniza%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-condenada-por-n%C3%A3o-oferecer-banheiro-e-refeit%C3%B3rio-a-pedreiro%C2%A0%C2%A0-%C2%A0>


6. Áudio com RH não serve para reverter justa causa já julgada

 O TST entendeu que áudio de conversa informal com RH não constitui prova nova suficiente para rediscutir uma justa causa já transitada em julgado.

✦ **RELEVÂNCIA:** Fortalece a segurança jurídica das decisões e o valor das provas formais, o que é essencial para empregadores com alta rotatividade de mão de obra.

<https://www.tst.jus.br/en/-/%C3%81udio-de-conversa-com-rh-n%C3%A3o-serve-como-prova-nova-para-reverter-justa-causa-j%C3%A1-julgada>

7. Passaporte de empresário é retido por ostentar luxo e não pagar vigilante

 TST manteve medida coercitiva contra empresário devedor trabalhista que ostentava vida de luxo.

✦ **RELEVÂNCIA:** Reforça a efetividade de medidas contra a inadimplência de dívidas trabalhistas, mesmo com uso de mecanismos não patrimoniais.

<https://www.tst.jus.br/en/-/empres%C3%A1rio-tem-passaporte-retido-por-n%C3%A3o-pagar-d%C3%ADvida-com-vigilante-enquanto-ostentava-ferraris->

8. Multinacional é condenada por proibir uso de brincos

 O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região manteve o reconhecimento dos danos morais e existenciais por assédio, jornada extenuante e a ausência de intervalos regulares.


✦ **RELEVÂNCIA:** Demonstra a necessidade de fundamentar normas internas em critérios técnicos e de segurança, evitando violações à dignidade e à igualdade no trabalho.

<https://www.tst.jus.br/en/-/multinacional-%C3%A9-condenada-a-indenizar-trabalhadora-proibida-de-usar-brincos>


9. Reconhecido vínculo de emprego doméstico por prestação contínua




SINDICATOS
RURAIS

 A Justiça do Trabalho reconheceu o vínculo empregatício em trabalho doméstico prestado mais de duas vezes por semana.

✦ **RELEVÂNCIA:** Importante alerta para empregadores quanto à formalização adequada do serviço doméstico prestado com habitualidade.

 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/justica-reconhece-vinculo-de-emprego-domestico-em-prestacao-de-servico-que-ocorria-mais-de-duas-vezes-na-semana>


10. Empresa com estrutura complexa tem personalidade desconsiderada

 A desconsideração da personalidade jurídica foi admitida, atingindo outras empresas de um mesmo grupo econômico.


✦ **RELEVÂNCIA:** Impacta empregadores com estrutura societária ou holdings, reforçando o cuidado com separação patrimonial e responsabilidade solidária.

 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/desconsideracao-da-personalidade-juridica-atinge-empresa-de-estrutura-societaria>


11. Adicional de periculosidade por exposição a tanques de diesel irregulares

 A Justiça reconheceu o direito ao adicional de periculosidade por exposição a tanques de combustível fora dos padrões legais.

✦ **RELEVÂNCIA:** Empregadores com estruturas de abastecimento devem observar rigorosamente as normas técnicas para evitar passivos.

 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/permanencia-em-local-com-tanques-de-diesel-instalados-irregularmente-gera-adicional-de-periculosidade>


12. Dificuldade de contratação não justifica ausência de PCDs


 O TRT-15 entendeu que a alegação de dificuldade na contratação de pessoas com deficiência (PCDs) não isenta a empresa de cumprir as cotas legais.

✦ **RELEVÂNCIA:** O precedente afirma que é necessário provas de que exista um programa organizado para a contratação e permanência da pessoa com deficiência na empresa.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/5a-camara-do-trt-15-rejeita-dificuldade-de-contratacao-como-justificativa-para>


13. Mantida justa causa de vigilante por troca de favores com colegas


 A 6ª Câmara do TRT-15 manteve a dispensa por justa causa de vigilante que se valia de relações pessoais para obter troca de escalas e favores indevidos.

 **RELEVÂNCIA:** Refirma a legitimidade da justa causa em casos de quebra da confiança e disciplina.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/mantida-justa-causa-de-vigilante-que-praticava-troca-de-favores-com-seus-colegas>

14. Indenização elevada para porteiro que trabalhava em condições degradantes

 Decisão aumentou o valor da indenização por danos morais a porteiro que laborava em condições precárias, sem banheiro, sem lugar para refeições e exposto à violência urbana.

 **RELEVÂNCIA:** Alerta empregadores para a importância do cumprimento das normas de saúde, segurança e dignidade no trabalho, especialmente em setores com trabalhadores em postos externos.

 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/6a-camara-aumenta-valor-de-indenizacao-para-porteiro-que-trabalhava-em-condicoes>